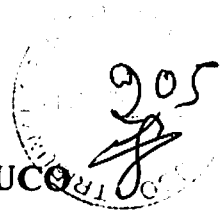




049



Escada

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0197471-6

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: José Feliciano da Silva

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

5729

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. APELAÇÃO CRIMINAL DA ACUSAÇÃO. DECISÃO ABSOLUTÓRIA DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. OCORRÊNCIA.

1. Restou demonstrado que não existe nos autos suporte probatório para a absolvição por negativa de autoria, tendo o Conselho de Sentença proferido um julgamento dissociado da realidade dos autos, contrariando até mesmo o pleito defensivo, que sustentou a tese de homicídio privilegiado;

2. Recurso conhecido e provido à unanimidade, para anular a decisão guerreada, determinando que o apelado seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0197471-6, oriunda do Tribunal do Júri da 1ª Vara Criminal da Comarca de Escada-PE, em que são partes às acima mencionadas. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, tudo de acordo com o voto em anexo, que passa a integrar o presente acórdão.

Recife 28 de maio de 2014

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



050



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0197471-6

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: José Feliciano da Silva

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Apela o Ilustre Representante do Ministério Público da decisão do Tribunal do Júri da 1ª Vara Criminal da Comarca de Escada-PE, que absolveu o apelado da prática de um homicídio duplamente qualificado (fls. 164/165 e 169).

O apelante em suas razões pleiteia a anulação do julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, por entender que a decisão recorrida é manifestamente contrária às provas dos autos (fls. 172/177).

Nas contra-razões de fls. 180/182, a defesa pugnou pela manutenção da decisão guerreada.

O douto Procurador de Justiça, em parecer exarado às fls. 193/195, opinou pelo provimento do recurso.

É o relatório.

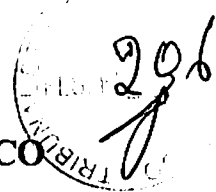
À Revisão.

Recife 20 de setembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



051 .



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0197471-6

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: José Feliciano da Silva

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores

Conforme consta do relatório, o Ministério Público alegou que o Conselho de Sentença proferiu um julgamento manifestamente contrário à prova dos autos quando absolveu o apelado, pois a defesa levantou em plenário a tese de homicídio privilegiado, fato que resultaria na sua condenação e numa posterior redução de pena. Portanto, **a defesa não pleiteou a absolvição do apelado**. Assim, sendo, tem-se como evidente o equívoco do E. Tribunal do Júri, constituindo-se a decisão, ora guerreada, em manifestação contrária à prova dos autos.

Pois bem.

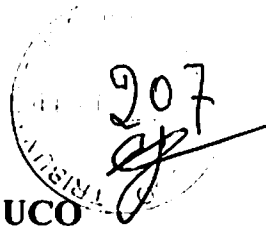
Compulsando os autos, entendo que a decisão do Conselho de Sentença, que absolveu o apelado, não encontra respaldo no bojo probatório.

Não há nos autos uma única prova que ampare a absolvição, eis que a própria defesa, em plenário, pugnou pelo acolhimento do citado privilégio, ou seja, **a defesa reconheceu a existência do fato e assumiu a autoria delitiva, fatos que impossibilitaram a sua absolvição.**

Ante tais fatos, devo afirmar que as provas existentes nos autos não amparam a decisão absolutória proferida pelo Conselho de Sentença, que acolheu uma tese que não foi guindada pelas partes. Logo, trata-se de



052



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

julgamento manifestamente contrário a prova dos autos.

Na mesma direção encontra-se o respeitável Parecer da douta Procuradora de Justiça (f. 195):

“(...) No caso presente, temos que a decisão dos Srs. Jurados, ao absolver o apelado, dissociou-se do conjunto probatório e da própria tese levantada pelo mesmo em Plenário, a qual **somente permite, no máximo, o reconhecimento do homicídio privilegiado**. Repita-se que o apelado, ao confessar a prática do delito, sem sugerir qualquer hipótese de legítima defesa, afirmando que a vítima foi colhida quando estava dormindo, afasta qualquer possibilidade de absolvição (...)” Destaquei.

Na linha intelectual dos argumentos esposados, entendo que de fato o Conselho de Sentença ao absolver o apelado, não somente causou surpresa como contrariou todo o conjunto probatório, agiu em desacerto, optando por uma solução não ventilada pelas partes, devendo ser anulado o julgamento.

É relevante asseverar que a doutrina, comentando a alínea “d” do inciso III do artigo 593 do Código de Processo Penal, posiciona-se pela possibilidade de se anular a decisão do Conselho de Sentença, quando for esta manifestamente contrária à prova dos autos.

Tal posicionamento é defendido, dentre outros, por Guilherme de Souza Nucci, que argumenta (Código de Processo Penal Comentado. 6ª ed. RT. P. 926):

“(...) Jurados, como seres humanos que são, podem errar e nada impede que o Tribunal reveja a decisão, impondo a necessidade de se fazer um novo julgamento. Isto não significa que o juiz togado substituirá o jurado na tarefa de dar a última palavra quanto ao crime doloso contra a vida que lhe for apresentado para julgamento. Por isso, dando provimento ao recurso, por ter o Júri decidido contra a prova dos autos, cabe ao Tribunal Popular proferir uma outra decisão (...)”

Devo ressaltar que a Jurisprudência é uníssona em afirmar que é



053



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

possível anular o julgamento quando o Conselho de Sentença apresenta um veredicto que não encontra embasamento no bojo probatório.

Na mesma trilha encontramos o seguinte precedente:

“(…) A anulação do julgamento pelo Tribunal do Júri sob o fundamento previsto no art. 593, III, d, do Código de Processo Penal exige que o veredicto atente contra as evidências dos autos, revelando-se incoerente e arbitrário, sem nenhum respaldo no conjunto probatório (...)”. (HC 69.567/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 14.06.2007).

Diante do exposto, dou provimento ao recurso, para anular a decisão guerreada, determinando que o apelado seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

É como voto.

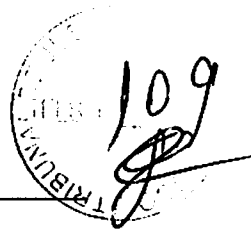
Recife, 26 de Maio de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



054

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Apelação Criminal nº: 0197471-6
Comarca Origem: Escada – 1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: José Feliciano da Silva
Relator: Des. Antonio de Melo e Lima
Revisor: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça (convocada): Patrícia Carneiro Tavares
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

O apelante foi denunciado pela prática do crime de homicídio qualificado, capitulado no art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal, motivo pelo qual foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Escada.

O Conselho de Sentença acolhendo a tese subsidiária, trazida pela defesa, de “violenta emoção”, absolveu o denunciado do crime de homicídio qualificado.

Contra a referida decisão, interpôs o órgão ministerial recurso de apelação, aduzindo que a decisão dos jurados contrariou as provas dos autos.

O parecer da D. Procuradoria opinou pelo provimento do apelo, entendendo que o réu deve ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Escada.

Pois bem.

De uma análise prévia dos autos, verifico que o Conselho de Sentença optou pelo acolhimento da versão trazida pela defesa.

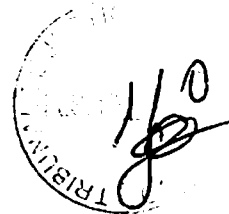
É de se observar, contudo, que a tese apresentada pela defesa é a de homicídio privilegiado, tese esta que trata de causa de diminuição da pena e não de absolvição, reconhecendo a defesa, deste modo, a culpa do acusado, ao discorrer que o crime foi cometido sob o domínio de “violenta emoção”.

Desta feita, verifico que a sentença que absolveu o acusado contraria o bojo probatório, uma vez que, não há nos autos prova alguma que consiga amparar a absolvição alcançada pela defesa, uma vez que, a própria defesa, em plenário reconheceu a existência do fato, assumindo a autoria delitiva, pugnando pelo reconhecimento da causa de diminuição de pena, constante do §1º, do art. 121, do Código Penal.



055

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Constato, então, a necessidade de submeter o acusado a novo julgamento por observar que a decisão do Conselho de Sentença afronta as provas carreadas aos autos.

É cediço que a soberania dos veredictos proferidos pelos Conselhos de Sentença, nas sessões de julgamento de competência do Tribunal do Júri deverá ser respeitada, desde que, havendo duas teses contrárias, seja uma delas acolhidas por este. Ocorre que, **tal soberania poderá ser mitigada quando a tese acolhida é contrária à prova dos autos.**

A jurisprudência dos nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que não há violação ao princípio constitucional da soberania dos veredictos quando a decisão do Tribunal do Júri é manifestamente contrária à prova dos autos.

Nesses termos, impõe-se a anulação da decisão do corpo de jurados, com a conseqüente submissão do réu a novo julgamento.

Ante o exposto, em consonância com o parecer da D. Procuradoria de Justiça Criminal, **dou provimento à apelação, para determinar que seja renovado o julgamento do apelado.**

Recife, 26 de 05 de 2000


Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor